

A independência do Banco Central não é bobagem

» REGINALDO NOGUEIRA

Ph.D. em economia e diretor-geral do Ibmec São Paulo e Brasília

Em recente entrevista ao jornalista Kennedy Alencar, o presidente Lula teceu diversas críticas à condução da política monetária, ao nível da taxa de juros, e à própria taxa de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que classificou como “padrão europeu” de inflação. Indo além, o presidente chamou a independência do Banco Central de “bobagem”, e sugeriu reavaliá-la ao fim do mandato de Roberto Campos Neto.

O efeito combinado de todas essas críticas terminou por afetar a curva de juros no mercado, e levou a um aumento importante das taxas de juros de longo prazo. Vários são os pontos que podem ser questionados na fala de Lula, mas o que possui o maior impacto institucional se refere à própria independência do Banco Central.

A aprovação da lei complementar que estabeleceu a independência (ou autonomia) ao Banco Central do Brasil, por meio da fixação de mandatos para seu presidente e diretores, foi um grande avanço institucional para a economia brasileira. Há vasta literatura econômica argumentando que o aumento da independência dos bancos centrais estaria associado a quedas nas taxas médias de inflação e de juros, sem efeitos adversos de longo prazo sobre crescimento e desemprego.

Tal fato decorre de que o manejo da política monetária tem efeitos de estímulo de curto prazo na economia, que geram claros incentivos eleitorais. Todavia, esse comportamento oportunista leva a um aprendizado dos agentes econômicos, que passam a esperar sempre maiores taxas de inflação. Assim, mudanças institucionais que ofereçam mais liberdade de atuação ao Banco Central frente às pressões políticas tendem a possibilitar maior independência quanto aos benefícios políticos de curto prazo, permitindo a busca do objetivo de inflação baixa e estável no longo prazo.

Não são poucos os países cuja legislação oferece independência e autonomia formal



de atuação a seus bancos centrais. Em muitos casos, até maior do que a brasileira. Na verdade, o Brasil chegou atrasado nesse processo. Ao adicionar aos atuais desafios fiscais brasileiros novas dúvidas com relação à independência futura de atuação do Banco Central, o presidente cria sombras absolutamente desnecessárias neste momento. Em especial porque os juros se situam nos níveis atuais pela conjuntura difícil da economia brasileira e internacional, com diversas pressões inflacionárias e de custos. Não é por um desejo

abstrato que o BC colocou os juros atuais em 13,75% ao ano, mas porque a inflação se mantém acima da meta (que não é exatamente uma meta “padrão europeu” de 2%, mas uma meta bem brasileira de 3,25%, porém com tolerância de até 4,75%).

Ao questionar a manutenção da independência do Banco Central e sugerir aumento das metas futuras de inflação, o efeito final pode ser mais insegurança e taxas ainda mais altas de juros, como a reação vista pelos mercados recentemente.

Uma revolução educacionista para completar a Abolição

» MAURÍCIO RANDS

Advogado formado pela FDR da UFPE, Ph.D. pela Universidade Oxford

Novo livro de Cristovam Buarque, *A última trincheira da escravidão*, inscreve-se na melhor tradição de pensadores que souberam projetar o Brasil para além do imediato. Diante da nossa imoral desigualdade social, todos ficam tentados a discutir políticas sociais de efeito imediato. Trata-se de aliviar o sofrimento de milhões de brasileiros. O quanto antes. Mas isso não nos deveria eximir de pensar o médio e o longo prazos. E imaginar mudanças para que o nosso desenvolvimento corrija o atraso, a pobreza e a exclusão. Só assim teremos um projeto de país.

Nossa história não tem sido muito pródiga em produzir pensadores e pessoas públicas com essa visão. Poderíamos aventurar algumas exceções. José Bonifácio, Dom Pedro II, Getúlio Vargas e Juscelino, para ficar em políticos que nos governaram. Outros foram ao mesmo tempo homens públicos, pensadores e inventores do futuro. Joaquim Nabuco, Darcy Ribeiro, Josué de Castro e Paulo Freire. Cristovam inscreve-se nessa tradição.

Quem tem o privilégio de ler esse seu livro, logo se convence da importância da cruzada de Cristovam por uma revolução educacionista. Imaginar um Brasil desenvolvido e socialmente justo depende de uma condição essencial: uma educação básica de qualidade com acesso equitativo para ricos e pobres. Nesse livro, Cristovam mostra que o acesso equitativo à escola de qualidade é o principal vetor do desenvolvimento. Mais do que um mero investimento ou política

social. E apresenta uma proposta consistente de um Sistema Único Nacional Público para a educação de base.

Seu diagnóstico é irrefutável. Com a Lei Áurea, os escravizados foram soltos, mas não foram libertados porque a Abolição continuou negando-lhes a escola. O mapa para alguém ser livre é a escola quem dá. Sem a educação de qualidade, ninguém pode saber o caminho para viver livremente na contemporaneidade. Somente no século 21, o Brasil começou a matricular todos na escola. Mas em escolas desiguais. Aí surge a última trincheira da escravidão: a dualidade da escola-senzala e da escola-casa-grande.

Os descendentes sociais dos escravizados estão nas escolas de baixa qualidade. Sem acesso ao aparato básico para exercer uma cidadania plena no novo mundo digital. Eles são a vasta maioria do povo brasileiro. Já para os descendentes sociais dos escravocratas, este triste país garante escolas de nível internacional e lhes proporciona uma formação com todas as ferramentas do conhecimento necessárias para trabalhar e empreender no novo ambiente tecnológico.

Um dos pontos altos do livro é o capítulo em que Cristovam apresenta o debate dos 10 dias de maio de 1888, quando tramitou o projeto da Lei Áurea enviado pelo presidente do Conselho de Ministros, o pernambucano João Alfredo. Ele nos dá um belo aperitivo da brilhante retórica de Joaquim Nabuco. Os velhos argumentos de escravocratas como o

Barão de Cotegipe, para quem o projeto era “precipitado, irresponsável e arruinaria a economia”, Andrade Figueira ou Paulino de Souza, para quem a medida era “arriscada e precipitada”, podem ser reconhecidos na retórica dos que hoje não enxergam a urgência da revolução educacionista. Como os escravocratas diziam que o fim da escravidão deveria ser gradual, os atuais conservadores não se colocam contra a escola de qualidade. Apenas imaginam que ela será conquistada aos poucos. Não lhes incomoda ver os seus filhos em escolas de uma (boa) qualidade que é negada às escolas dos pobres.

O livro é um brado por uma nova mentalidade comprometida com uma educação básica de excelência independentemente da cor, classe social ou endereço do aluno. Por uma revolução educacionista, em alusão à luta abolicionista. Como uma causa sempre tem por trás uma teoria e os seus conceitos, Cristovam não se furta a introduzir os conceitos da causa educacionista. Abolição nos tempos modernos (educação nas ferramentas da contemporaneidade). Brecha educacional (a educação dos ricos melhora mais rapidamente). Descendente ideológico dos escravocratas (quem aceita a exclusão social como fato normal). Educacionismo (o equivalente do século 21 ao Abolicionismo do século 19). Segunda Abolição (complementação da Lei Áurea para sepultar a última trincheira da escravidão, a negativa de escola de qualidade aos pobres). Vetor do Progresso (acesso de todos ao conhecimento).

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Farinha

Sem a farinha de mandioca, possivelmente, todo o processo interno da colonização brasileira, principalmente no que concerne à alimentação dos colonos, teria tomado uma direção bem diferente do que a praticada naquele período, sendo impossível prever as consequências que a ausência desse importante alimento teria na história de nosso país. Assim como os escravos eram, na visão do jesuíta João Antonil (1649-1716), as mãos e os pés dos senhores de engenho, o cultivo da mandioca tornou-se fundamental na alimentação de todos aqueles que participaram de esforço sobre-humano e da epopeia da colonização do Brasil. Talvez, por essas e por outras, não chega a ser estranho nem surreal que alguns séculos depois, em 2015, durante uma solenidade no Rio de Janeiro, a então presidente Dilma Rousseff, em discurso, saudou, com convicção, a mandioca como uma das maiores conquistas do Brasil.

A farinha de mandioca é um alimento fundamental na culinária brasileira e desempenhou um papel crucial na história do país, antes e depois da colonização. Planta nativa da América do Sul, é cultivada há milhares de anos pelos povos indígenas. Com a chegada dos portugueses, por essas bandas do globo, no século 16, a mandioca foi sendo conhecida também em parte da Europa, espalhando-se posteriormente, para outros países e continentes.

Durante a colonização do Brasil, a farinha de mandioca foi um alimento importante para os colonos, especialmente os que se estabeleceram nas regiões Norte e Nordeste. A produção de farinha de mandioca permitiu a colonização dessas regiões, uma vez que ela era um alimento de fácil cultivo e armazenamento. Além disso, a farinha de mandioca teve um papel importante na economia do Brasil durante a época colonial. Hoje, na capital federal, há a Fundação Nagib Nassar, de desenvolvimento científico e sustentável em torno da mandioca que mata a fome de brasileiros e africanos.

Mais importante do que esses aspectos históricos, é essa cultura, herdada diretamente dos índios, para a formação e mesmo o folclore de nosso país. Diz-se, e com razão, que o nordestino e mesmo o nordestino não vivem sem a farinha de mandioca. De acordo com o folclore popular, os baianos abrem mão de tudo, inclusive de mulher, mas não dispensam a mandioca.

História do amigo Rochinha, que chega agora, dá conta de que numa pescaria, lá para o interior baiano, uma turma com mais de 10 pessoas só foi dar pela falta da farinha de mandioca quando já estava a mais de 100km da cidade mais próxima.

Toda a pescaria foi interrompida pela notícia fatal: não havia farinha a bordo e, por isso, a pescaria, com todo o seu custoso preparo prévio, foi abortada. A saída foi escolher, entre a caravana de pescadores, quem iria retornar o caminho para a compra dessa fundamental especiaria. Como o grupo era formado por baianos legítimos, uma impossibilidade, intronspível foi colocada logo de saída: segundo o Rochinha, ninguém quis retornar para comprar a farinha. Nem para tomar o caminho de volta, nem, tampouco, para prosseguir em frente rumo à pescaria. A solução foi acampar ali mesmo, no meio de nada, na esperança, talvez, que a misericórdia de Deus fizesse cair sobre o acampamento uma chuva de farinha. Desse modo todos fincaram pé onde estavam, esperando que algum companheiro se dispusesse a armar a barraca para o pernoite.

Todos dormiram ao relento. Era a Bahia. Tão quente quanto calorosa. Uns sonhando que chovia farinha, outros que a farinha caía direto nos pratos, junto com os peixes já fritos. Outros, em pesadelos, sonhavam que estavam envolvidos no árduo preparo da farinha, desde o plantio até a torrefação. Esses despertaram mais cansados do que no dia anterior. Os demais, desiludidos com a falta de chuva de farinha, acordaram esperando que alguém resolvesse, enfim, ir em busca desse maná, para salvar, ao menos a pescaria.

» A frase que foi pronunciada

“Para que explicar? Nada desejo explicar. Explicar é limitar. É impossível limitar Gabriela, dissecar sua alma.”

Jorge Amado, em *Gabriela Cravo e Canela*

Consome dor

» Clientes reclamam que o BRB Conveniência do Shopping Popular está fechado desde a semana passada. Quem usa serviços bancários ou costuma recarregar o cartão de transporte do DFTrans está sem alternativa. A razão é a de sempre: o tal do sistema.

Celeuma

» Conselho Federal de Medicina enfrenta opinião diferente da Justiça Federal. Trechos das resoluções do CFM proíbem que profissionais pós-graduados sem registro no Conselho, divulguem suas especialidades. Acontece que, para a residência médica, a dedicação deve ser exclusiva com 60 horas semanais. São três anos dedicados ao assunto. Terminada a residência, é preciso passar na prova de título (experiência) e daí registrar a especialidade no CFM. Na pós-graduação, o estágio é de um mês e aulas por um ano. No momento da prova de título, se não há experiência, não há registro.

» História de Brasília

Para que a sociedade de Fortaleza não soubesse do fato, o clube promoveu, imediatamente, a remoção do cadáver, enrolado em toalhas, que desceu por uma vigia; amarrado em cordas. (Publicada em 15/3/1962)